

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.020 - MG (2019/0251846-8)**

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARAES (PRESO)  
**ADVOGADO** : BRUNO DE OLIVEIRA FRANCO - MG115047  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARAES, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 162):

EMENTA OFICIAL: HABEAS-CORPUS - TRÁFICO DE DROGA - NEGATIVA DE AUTORIA - ANÁLISE - IMPOSSIBILIDADE - VIA INADEQUADA - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - FATOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA - SUGESTIVA QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGA - APREENSÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO - CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO INADEQUADA - A PRIMARIEDADE POR SI SÓ NÃO VIABILIZA A SOLTURA DO PACIENTE - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. 1. Inviável é a discussão acerca da matéria fática probatória na via estreita do Habeas-Corpus de cognição e instrução sumárias. 2. Estando presentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar mantém-se esta sob os auspícios da garantia da ordem pública. 3. Havendo indícios de autoria e de materialidade, apreendendo-se sugestiva quantidade e variedade de droga, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe. 4. Impossível é a concessão do writ por presunção. 5. Incabível é a substituição da prisão por outra medida cautelar conforme disposto no artigo 282 §6º do CPP e presentes estando os requisitos do artigo 312 do mesmo diploma legal associados à gravidade do delito, inadequadas são tais medidas. 6. Primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa por si só não viabiliza a soltura do paciente. 7. Ordem denegada.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e 244-B da Lei 8.069/90, cuja custódia foi convertida em preventiva.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, que é primário, possui endereço fixo e emprego lícito, restando ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para deferir

# Superior Tribunal de Justiça

a liberdade provisória ao recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi deferida (fls. 206/208).

As informações foram prestadas (fls. 217/260).

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pelo desprovimento do recurso em *habeas corpus* (fls. 262/264).

Na origem, a ação penal nº 0039607-67.2019.8.13.0470 oriunda da Comarca de Paracatu, encontra-se em fase de instrução, consoante informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva assim dispôs (fls. 140-141):

Trata-se de comunicação da prisão em flagrante delito do indivíduo PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARÃES, filho de HÉLIO COELHO GUIMARÃES e MARCIA APARECIDA DA SILVA GAMA, nascido no dia 20/05/1995, acusado da prática do crime tipificado no artigo 33, caput, da lei 11343/06 cc artigo 244-B da lei 8069/90. A Constituição da República, no artigo 5º, LXVI, dispõe que ninguém será mantido na prisão quando a lei admitir liberdade provisória.

O artigo 310, II e III, do Código de Processo Penal, com a nova redação que lhe foi

conferida pela Lei 12.403, vigente desde o dia 04/07/2011, determina que o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal, converter a prisão em flagrante em preventiva - se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão - ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

A prisão preventiva, por sua vez, mais do que nunca, permanece como medida de exceção, pois só será admitida quando: I) presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal; II) presentes as hipóteses ao artigo 313; e III) quando insuficientes as medidas cautelares previstas no artigo 319.

No caso, da análise dos documentos acostados aos autos, **observo que o acautelado PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARÃES foi preso em flagrante delito no dia 16/06/2019, suspeito da prática do crime previsto no artigo 33, caput, da lei 11343/06cc artigo 244-B da lei 8069/90, com previsão de pena de reclusão em patamar máximo superior a quatro anos.**

# Superior Tribunal de Justiça

Há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, consubstanciados no Auto de Prisão em Flagrante, notadamente nas declarações prestadas pelo condutor e demais testemunhas.

Dessa forma, **as circunstâncias existentes no Auto de Prisão em Flagrante caracterizam os elementos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, fazendo-se necessária a conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantia da ordem pública, eis que o acautelado em liberdade poderia por em risco a vida da vítima.**

Ante o exposto, na hipótese em apreço, revelando-se inadequadas e insuficientes as medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com as alterações introduzidas pela Lei 12.403, de 2011, e presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 do mesmo Diploma Legal, converto a prisão em flagrante em preventiva de PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARÃES

Esta decisão tem força de MANDADO DE PRISÃO (com data de validade em 16 de junho de 2039), substituindo-o.

Como já adiantado na liminar, consta do decreto a necessidade da custódia apontando que há gravidade nos fatos praticados, sem demonstrar concretamente sua caracterização, e justificou a medida extrema destacando que *as circunstâncias existentes no Auto de Prisão em Flagrante caracterizam os elementos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, fazendo-se necessária a conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantia da ordem pública, eis que o acautelado em liberdade poderia por em risco a vida da vítima.* Não obstante isso, como se sabe, nos crimes de tráfico de entorpecentes não se tem uma vítima especificamente considerada.

Ressalta-se, ademais, que a quantidade de droga apreendida não se mostra relevante, pois se trata, no total, apreendidos com o acusado, de 19,07 gramas de cocaína e 4,92 gramas de maconha (fls. 35 e 37-38).

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Sendo assim, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso em *habeas corpus*, confirmando a liminar anteriormente deferida, para a soltura do recorrente PEDRO HENRIQUE DA SILVA GUIMARAES, o que também não impede

# *Superior Tribunal de Justiça*

nova e fundamentada decisão cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

